

O fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo: uma leitura discursiva de editoriais da *Veja* e da *Época*¹

Wedencley Alves², Rafael Grohmann³,
Marco Túlio de Sousa⁴

Resumo: A partir da análise do discurso francesa (Pêcheux e Foucault) e de teóricos do jornalismo, o texto analisa os editoriais das revistas *Época* e *Veja* sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que acabou com a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. O artigo verifica quais outros sentidos podem estar presentes nos textos, a quais discursos estes remetem e em que formações discursivas se inserem. Da mesma forma, busca apreender a relação dos autores dos editoriais com estas formações.

Palavras-chave: discurso; jornalismo; diploma

Abstract: From the French discourse analysis (Pêcheux and Foucault) and theoreticians of journalism, the paper analyzes the editorials of the magazines *Época* and *Veja* on the decision of the Supreme Court that ended the mandatory law of journalists to the profession. The article verifies what other meanings may be present in the texts, the discourses which they relate and in what discursive formations are located. Likewise, it seeks to grasp the relation of the authors of the editorial with these formations.

Keywords: communication; journalism; degree

Este artigo pretende analisar dois editoriais das revistas *Veja* e *Época* sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que acabou com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. A pesquisa toma como metodologia a análise de discurso, isto significa que o objetivo é não de determinar uma suposta verdade oculta no material analisado, visto que não é

¹ Apresentado no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), São Paulo, 2009.

² Professor (Faculdade de Comunicação e PPGCOM / UFJF), doutor em Linguística, mestre em Comunicação.

³ Mestrando em Ciências da Comunicação (USP). Bolsista (CNPq).

⁴ Graduando em Comunicação Social (UFJF). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/SESu, MEC)

uma práxis hermenêutica, mas sim verificar que outros sentidos podem estar presentes nos textos, a que discursos estes remetem e em que formações discursivas se inserem.

O marco inicial da história do jornalismo moderno é, para alguns pensadores, a Revolução Francesa, quando os primeiros jornais se constituem como vozes daqueles que se opunham ao regime absolutista. É a era do jornalismo panfletário, de forte cunho político, que vai perdurar por um bom tempo. Para outros, o marco é a *penny press*, o surgimento do jornal popular e noticioso, na década de 1830, nos EUA – jornalismo factual e de serviços, que ajudou a massificar a leitura dos periódicos. Estas duas tradições convivem de alguma forma hoje no jornalismo contemporâneo: o jornalismo de opinião, e de posicionamento político, principalmente nas revistas, perpassa, de forma às vezes tácita, às vezes evidente, o jornalismo informativo, factual ou objetivo, que assumiria um primeiro plano. É um pouco desta história numa configuração em que se associa a uma forte reafirmação da ideologia de mercado que retomamos aqui.

Apontamentos Teóricos

O século XX assiste à modernização industrial do jornalismo. É nessa época que o jornalista se profissionaliza: “surge a redação como um setor específico, o diretor torna-se uma instância diferente da do editor, impõe-se o artigo de fundo e a autonomia redacional” (Marcondes Filho, 2002: 11). Com o tempo, a imprensa deixa de ser um veículo dos políticos e se torna “uma força política autônoma” (*idem*: 12). No século XX, a circulação em massa dos impressos, o surgimento de veículos como rádio, televisão e, mais recentemente, a internet, aumentam o alcance do jornalismo. Como destaca Carlos Alberto Vicchiatti, “nesse contexto, o jornalismo destaca-se como uma das principais modalidades de comunicação, exercida por meio das mais diversas linguagens e suportes técnicos” (Vicchiatti, 2005: 62).

O início tardio da prática jornalística no Brasil impõe uma outra periodicização, em relação à Europa e aos EUA. Por aqui, a primeira tipografia instalou-se em 1808, com a chegada da Família Real ao país. Mas, até a primeira República, a concepção de jornalismo estava muito ligada ao jornalista como ativista político, e ao jornalismo como uma “tribuna ampliada”, *ethos* fundamental nas campanhas abolicionistas e republicanas. Era o estilo europeu que vigorava, ao mesmo tempo em que perdia força nos EUA. Só no decorrer do século seguinte é que o “estilo europeu – ainda preponderante na imprensa brasileira – começou a ceder lugar a um modelo norte-americano, mais noticioso e seco” (Ribeiro, 1994: 30).

Paralelamente à história do jornalismo, a partir das empresas, temos uma outra história a ela vinculada, mas que pode ser objeto de uma consideração específica: a da profissão do jornalista. No Brasil, a regulamentação só veio durante o Estado Novo, com o objetivo de ampliar o controle sobre a imprensa. A exigência do diploma para exercício da profissão veio na ditadura militar pós-64, especificamente em 1969, com o decreto-lei

972, em atendimento à reivindicação de organizações profissionais que ainda tinham algum espaço para o diálogo com o Executivo.

Como diz Jorge Ribeiro,

a evolução histórica do perfil do jornalista não foi linear e as fases se sucederam sem aniquilar elementos anteriores. Assim, a face atual da profissão se reproduz no discurso em que se entrecruzam a fala humanista e a fala tecnológico-mercadológica. Apesar de ser um campo empresarial amadurecido, a imprensa continua a atrair reais ou pretensos escritores e aspirantes a líder político, à semelhança dos séculos passados (Ribeiro, 1994: 199).

O que parece estar em jogo na questão do fim da exigência do diploma para exercício da profissão é a identidade jornalística, ou a resposta para a pergunta: “quem é o jornalista?”. Como a identidade é marcada somente pela diferença (Silva, 2000), o diploma poderia ser considerado um marco diferenciador entre o “jornalista” e o “não-jornalista”. Se o jornalista, por um lado, for aquele que se forma no curso de jornalismo ou pertence a uma categoria profissional determinada, há a ênfase da categoria de “trabalho” e do sentido de categoria profissional. Por outro, se for aquele que trabalha com jornalismo, podemos estar lidando com outra posição, porque há a possibilidade de a categoria profissional se desfazer.

Ao analisar o discurso das/nas revistas, podemos encontrar traços do que se pode considerar como uma disputa pelos sentidos do ser jornalista. Como diz Eugênio Bucci, na introdução ao livro de Mayra Rodrigues Gomes (2003: 12), ao discurso jornalístico “cabe hierarquizar os sentidos e os valores. A ele cabe preconizar as condutas. Cabe preconizar modos de falar e, ainda mais, cabe-lhes separar o que é dizível e o que é indizível”. Mas o estatuto de quem pode fazer isso é motivo de disputa, que remete das relações de dizer às relações de poder, como veremos no decorrer deste texto.

Questões Discursivas

A metodologia utilizada nesse trabalho é a da Análise de Discurso (doravante AD). A disciplina se estrutura tendo como base três regiões do pensamento: o Marxismo, a Psicanálise e a Lingüística. Do Marxismo, principalmente de filiação althusseriana, a AD herda a visão materialista da história, buscando compreender as condições de produção dos sentidos e dos discursos. Da psicanálise, a AD herda a consideração da hipótese central daquela disciplina, ratificando que a relação do sujeito com o discurso é atravessada também por identificações inconscientes, e, sob inspiração lacaniana, é fundada na inscrição do sujeito no simbólico, no campo da linguagem. O sujeito do discurso, portanto, se constitui a partir “de sua relação com o simbólico, na história” (Orlandi, 2005: 19).

A linguística, por sua vez, contribui com a compreensão de que a língua tem uma ordem própria, embora não autônoma em relação à história. Associando heranças da Lingüística, da Psicanálise e da História, temos uma disciplina, portanto, que supera as concepções representacionais, isto é, que

trabalham a linguagem como lugar de “representação” de uma realidade. Na ordem do discurso, o sentido não é transparente, mas constituído historicamente, simultaneamente, ao sujeito, é sempre atravessado pela ideologia e pelo inconsciente.

Apesar de ser um produto do diálogo dessas três grandes regiões do pensamento, a AD não se estabelece apenas como um corolário da Psicanálise, do Marxismo e da Lingüística. Pelo contrário, assume um percurso próprio, se apropriando de outros autores que se tornam fundamentais para seu amadurecimento, como Foucault e Bakhtin, e travando um diálogo crítico com outras disciplinas ou correntes de pensamento, como a Pragmática, a Semântica, a Teoria Crítica, a História das Ideias, entre outras.

Esta vocação para o diálogo crítico já é encontrada no próprio momento fundador, em que as três disciplinas de base são questionadas em seus próprios campos. Segundo Orlandi (2005), a AD:

Não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2005: 20).

Pensar o jornalismo e o lugar do jornalista discursivamente é procurar identificar os sentidos sociais do jornalismo, as identificações, nem sempre conscientes, que constituem o sujeito jornalista na história. Uma marca das discussões acerca da obrigatoriedade do diploma, em particular, ou mesmo do fazer jornalístico, como um todo, é o recurso a idéias naturalizadas, a verdades tomadas como estabelecidas, sem considerar sua historicidade, e o percurso de sentido. Dizeres como “obrigatoriedade do diploma atenta contra a liberdade de liberdade de expressão”, muitas vezes repetidos e aceitos de forma mais ou menos acrítica são a prova de que se desconsidera, por exemplo, que este enunciado, como qualquer outro, pertence a um discurso, constituído historicamente, sob certas condições de produção, que exprime determinadas configurações de poder, exclui outras concepções, mobiliza valores sociais, e, principalmente, constitui sujeitos que, identificados com eles, tomam-no ou não como verdades absolutas.

Ao analista do discurso cabe, partindo das materialidades, no nosso caso os textos das revistas, chegar à ordem do discurso, que neste trabalho são a(s) formação(ões) discursiva(s) que atravessaram a discussão sobre o diploma. Neste ponto é importante ressaltar que os textos não constituem o objeto teórico da AD, mas sim uma unidade discursiva que nos permite ter acesso ao discurso. Ele é o ponto de partida do analista. Segundo Orlandi:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez,

ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (Orlandi, 2005: 63).

Citamos mais acima o conceito de *formação discursiva*. O termo está diretamente ligado à prática discursiva, correspondendo a um conjunto de relações que funcionam como regra para o sujeito nas circunstâncias em que este inscreve seu enunciado. Referindo-se a Michel Foucault, Rosa Maria Bueno Fischer (2001) entende que

a formação discursiva deve ser vista (...) como o ‘princípio de dispersão e de repartição’ dos enunciados segundo o qual se ‘sabe’ o que pode e o que deve ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com certa posição que se ocupa nesse campo (Fischer, 2001: 203).

As formações discursivas (doravante FDs) presentes nos enunciados que dizemos são regionalizações do interdiscurso. Este nada mais é do que o acervo do “já-dito”, do pré-construído e que, por isso, “faz sentido” para o sujeito. O interdiscurso tem uma ligação estreita com o inconsciente, uma vez que pode ser entendido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2005: 33).

Para Orlandi (2005: 20), “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. O conceito de ideologia, portanto, é capital para a AD, e tem um sentido diferente da concepção marxista do termo, pois aqui o termo não pode ser definido como um conjunto de representações, mas como uma prática significativa. Como diz Pêcheux (1977), não há sujeito sem ideologia, e esta se materializa na língua, nas palavras dos sujeitos. “Todo dizer é ideologicamente marcado (...). O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (Orlandi, 2005: 38). A memória e o esquecimento são importantes para o trabalho ideológico:

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘naturais’. Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação. Assim, na ideologia não há ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de sua constituição (Orlandi, 2007: 66).

Numa leitura discursiva da discussão acerca da obrigatoriedade do diploma, estabelecem-se questões como: se todo dizer é ideologicamente marcado, quais configurações de poder são materializadas nos enunciados das revistas; quais posições sujeitos – o lugar ocupado pelos indivíduos para dizerem o que dizem – podem ser identificadas nos editoriais; que sentidos estão materializados em palavras como “diploma”, “obrigatoriedade”, “jornalismo”, “jornalista”, “liberdade de expressão”, entre outros, e que filiações discursivas eles revelam.

Análise dos textos das revistas

Um editorial da Veja

Na semana seguinte à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou com a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, a revista *Veja* dedicou o editorial da semana ao assunto. Aquele(s) que escreveu(ram) o texto não se identifica(m), diferentemente do que ocorre na *Época*, em que o diretor de redação assume a autoria. Ao não revelar o(s) autor(es) do editorial percebemos que a *Veja* procura sugerir uma postura impessoal, adotando um cânone que se estabeleceu historicamente na emergência do jornalismo informativo e se tornou mais ou menos regra mesmo para os editoriais. A opinião expressa no texto é a da instituição, da “empresa” *Veja*. Outra leitura possível é de que o editorial representa a visão de todos os profissionais que trabalham para aquele veículo de comunicação.

As duas possibilidades podem estar ligadas numa relação harmoniosa sobre a qual se diz que a posição do veículo *Veja* é compartilhada por todos que compõe a equipe da revista. A impessoalidade, tradicionalmente, é uma prática discursiva que sugere o distanciamento, a isenção. Segundo Orlandi (2005):

o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.(...)
Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno (ORLANDI, 2005: 39-40).

Ou seja: Dessa forma, podemos dizer que o texto “anônimo”, representante de uma posição da instituição, teria virtualmente, para o leitor, um valor maior do que se o editorial fosse assinado ou se a opinião fosse expressa por um colunista. Passemos agora ao texto.

O título do texto é “Qualidade sem diploma”. Associa plenamente dois significantes, “qualidade” e “diploma”, marcando já aí uma oposição: “qualidade sem diploma” e “diploma sem qualidade”. O enunciado “qualidade sem diploma” aponta para uma ruptura discursiva, um acontecimento, que rompe com um discurso que vincula qualidade profissional ao curso superior.

O título do editorial também é atravessado por um outro discurso, aquele que acusa as faculdades de jornalismo de formarem profissionais sem qualidade. Ou seja, o diploma de jornalismo seria um 'diploma sem qualidade'. Mas não é esse o título que aparece, e o fato de estar apenas sugerido, é um indício de que outra discussão acabaria sendo excluída: *um possível debate social sobre como se poderia melhorar o ensino e o “diploma” de jornalismo*.

O primeiro sentido “qualidade sem diploma” que *sugere* uma ruptura com o discurso hegemônico de que a formação em nível superior garante o aprimoramento da formação, e o segundo “diploma sem qualidade” que desacredita a formação dada pelas faculdades de jornalismo, se conjugam na culpabilização das faculdades de jornalismo e não de outros fatores como condições de trabalho e imposições das próprias empresas de comunicação. Tais

questões são silenciadas pela revista. O que deixa entrever que a questão não é o diploma – o que levaria a uma verdadeira ruptura com o discurso hegemônico citado acima – mas o “diploma das faculdades de jornalismo”.

A “culpa” depositada nas faculdades de jornalismo garante, graças ao efeito de autoria, uma estabilidade mínima de sentido, pois há sentidos contraditórios materializados no texto. Não se pode sugerir uma discussão sobre “como as faculdades de jornalismo podem melhorar a formação”, o que apontaria não para a queda da exclusividade do diploma destas faculdades para a prática do jornalismo, mas para o aperfeiçoamento da formação nas próprias faculdades. Em lugar disso, recorre-se à reafirmação de um suposto vício de origem.

A Veja diz que “a obrigatoriedade do diploma foi impingida em 1969 (...) não para melhorar o jornalismo brasileiro, mas para controlar o acesso às redações”. A aproximação entre os significantes “1969”, “impingir” e “controle” produz o efeito de sentido de “prática autoritária”. O que não é dito é que o decreto-lei atendeu a uma reivindicação trabalhista. Mas a cláusula “não para melhorar” desloca a discussão sobre a função para o objetivo. Um enunciado substitutivo seria: “o diploma vem melhorar a formação do jornalista, mas a obrigatoriedade veio *não para melhorar* (...), mas para controlar”. Este enunciado substitutivo é sem dúvida um momento de diálogo da revista com o discurso hegemônico citado acima. Como hegemônico, ele incide sobre o sujeito-autor, obrigando-o praticamente a fazer concessões e a se justificar no dizer.

Como editorial, um gênero opinativo sustentado sobre o senso comum, e que busca adesão, ficaria difícil a defesa da extinção pela extinção da exigência do diploma, visto que sua relação com o aprimoramento profissional é um pré-construído. Neste diálogo com um auditório, qual seja, o próprio leitor da revista, o autor se justifica: “sabemos que o diploma tem como função melhorar a formação, mas este veio não para melhorar, mas para controlar”.

Dessa forma, pode-se verificar, mais uma vez, uma formação discursiva de defesa em relação a um discurso que associa qualidade profissional ao curso superior – o pré-construído que atravessa o texto, como verdade estabelecida. Contudo, ao dizer que “a obrigatoriedade foi impingida (...) não para melhorar” o texto da Veja revela a incidência de discursos contraditórios, uma vez que se a “obrigatoriedade” fosse colocada em outra situação poderia ser como objetivo de melhorar a qualidade do jornalismo brasileiro. Jornalismo que é acusado de ser de baixa qualidade.

A comparação feita por Gilmar Mendes, e que aparece no editorial da Veja, colabora para essa constatação. Segundo o ministro do Supremo, “um *excelente chef* de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o estado a exigir que toda refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior *nessa área*”; o adjetivo “excelente” indica que a qualidade passa pela formação superior; o demonstrativo *nessa* aponta para a questão da exclusividade da formação.

Em outra parte do texto há o seguinte trecho: "poderão ganhar também as faculdades de jornalismo [com o fim da obrigatoriedade], que terão de rever currículos, a fim de formar alunos mais bem preparados para uma competição que se afigura mais dura". No trecho, revela-se um enunciado próprio do discurso "da concorrência de mercado", e de um outro a ele associado de que o "mercado tem sua própria capacidade regulatória", não precisando do Estado para isso.

Neste enunciado, *reconhece-se* que as faculdades têm condição de formar pessoas qualificadas, mas que não fazem isso atualmente, uma vez que, com o fim da obrigatoriedade do diploma, o que é textualmente dito, e, subsequentemente, com "a concorrência e o poder auto-regulador do mercado", o que fica sugerido, elas terão de "formar alunos mais bem preparados". O sentido se fecha, portanto, e mostra porque é silenciada a possibilidade de uma discussão sobre como as faculdades de jornalismo, de *per si*, poderiam aprimorar a formação. É que a discussão aponta para outro discurso de base: o da reafirmação de uma ideologia do mercado.

A memória discursiva que atesta a relação entre os significantes "1969", "impingir" e "controle" como "resquício autoritário" é atualizada num enunciado seguinte: "O STF varreu da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar: a obrigatoriedade do diploma", de novo, silenciando o fato de que se tratou de uma concessão a uma reivindicação trabalhista. O autor conta para isso com uma memória já estabilizada de que toda medida da ditadura deveu-se a "objetivos ditatoriais". Apesar das conhecidas posições ambíguas da revista em relação à ditadura, num efeito retórico, a Veja mostra-se como filiada a uma formação discursiva típica de outro viés ideológico.

Evocando a liberdade de expressão, ela aproxima "obrigatoriedade" e "limitação", o que opera um deslocamento do sentido de "obrigatoriedade" como "regulamentação" para "obrigatoriedade" com "falta de liberdade"; ao mesmo tempo em que associa "liberdade de expressão" ao "fazer jornalístico", remetendo a um sentido bastante naturalizado socialmente, e que se encontra no interdiscurso, aqui

Definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré- construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (Orlandi, 2005: 31).

Notamos que existem três formações discursivas que se amparam para sustentar o discurso de que "tudo que veio da ditadura é ruim", discurso presente nos argumentos contra a obrigatoriedade. A primeira que via na exigência do diploma uma "sujeira a ser varrida"; a segunda que a considera uma limitação à liberdade de expressão; e a terceira que o considera símbolo do atraso, do subdesenvolvimento do Brasil. Um exemplo claro dessa terceira FD pode ser encontrado no seguinte enunciado: "O fim da obrigatoriedade do diploma alinha o Brasil com as nações onde o jornalismo abriga, sem embaraços de nenhuma espécie, todos aqueles que encontraram no ambiente dos meios de

comunicação a melhor maneira de dividir o que aprenderam nos campos da economia, da ciência, do direito, das artes, da moda e do esporte”.

Revela-se aqui neste momento uma questão intrincada para o analista: de posse de um conhecimento histórico sobre a posição atual da revista sobre a ditadura, não é comum que esperássemos um discurso que se apresentasse tão antagonista daquele regime de direita. Desafia-nos saber e mensurar quando a filiação a este discurso se dá por identificação, pela constituição do autor numa posição-sujeito daquele discurso, constituído historicamente, portanto, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente; e quando se dá por artifício retórico, no nível da superfície discursiva, das estratégias textuais, conscientes e marcadas ideologicamente pelo seu avesso.

Um editorial da Época

A revista *Época*, de 22 de junho de 2009, apresenta um editorial assinado pelo diretor de redação, Helio Gurovitz, o que pode significar, em alguma medida, que nem todos da redação compartilham da mesma opinião, daí a necessidade de o artigo ser assinado. O texto traz o seguinte título: “Uma decisão histórica do Supremo”. Sabemos que o sentido de um enunciado nunca é um produto acabado, e que o sentido não existe em si mesmo. Pois um dos sentidos possíveis para a “decisão histórica” é o de marco, geralmente positivo. É o primeiro indício da posição do texto com relação à exigência do diploma para exercício da profissão. Isto está claro em: “o Supremo Tribunal Federal tomou neste ano duas decisões históricas, que merecem aplauso”. E, do mesmo modo que a revista *Veja*, relaciona-se o diploma negatividade de “uma herança da ditadura”. Tanto na *Veja* quanto na *Época*, trata-se de uma relação do autor com o interdiscurso, com a memória discursiva.

Há uma clara aproximação ao discurso de Gilmar Mendes: “o ministro Gilmar Mendes, relator do processo, apresentou em seu voto argumentos simples, poderosos e – mais que tudo – corretos para justificar a decisão”. Authier-Revuz (1990) afirma que o uso de aspas ou não pode evidenciar uma aproximação ou afastamento do sujeito com relação ao discurso de outrem, e a falta de aspas reforça a aproximação do discurso jornalístico com o do ministro do STF: “ao contrário dessas duas carreiras, diz Gilmar, o jornalismo não põe em risco a vida de ninguém”.

Com relação à comparação, feita por Gilmar Mendes, entre o jornalista e o cozinheiro, o editorial da *Época* encontra-se o seguinte trecho, que remete, no entanto, a um outro enunciado, tomado aqui como unidade de discurso: “todo mundo pode escrever, como todo mundo pode cozinhar. Evidentemente, quem gosta de pratos refinados precisa estudar a fundo seu preparo, mas ninguém precisa de curso superior para fritar um ovo ou fazer arroz. Irrefutável”. Analisaremos este trecho mais à frente. Antes, traremos mais um aporte conceitual.

A AD parte do pressuposto teórico de que todo texto é atravessado por mais de uma FD, pelo simples fato de que a existência de uma formação se dá na oposição ou remissão a no mínimo a uma outra. Por meio desta *démarche*

teórica, herdada do pensamento de Michael Bakhtin, para quem “todo enunciado é responsivo” ou antecipa um outro que lhe oferecerá objeção ou legitimidade e, por isso, dialógico, procura-se no texto o que uma FD afirma e o que no próprio ato de sua afirmação ela nega, de forma silenciada ou não. Em textos mais amplos, é comum que encontremos, a partir desta operação metodológica, diversas formações discursivas, em consonância ou dissonância, associadas por paráfrases ou por contradição, o que remete ao conceito de *heterogeneidade*, que sustenta estreita relação epistemológica com o outro conceito bakhtiniano, o de “polifonia”.

O discurso da/na Época aproxima-se daquele encontrável na Veja, mas o seu percurso é distinto. No editorial da Época, materializa-se o sentido de que o fazer jornalístico é um fazer escritor, e o jornalista é um profissional da expressão, um autor. Se, por um lado, isso remete ao pré-construído de que a escritura é um dom do talento, por outro silencia-se sobre os outros fazeres, anteriores ao ato da escrita, que são, no jornalismo informativo, os processos de apuração, com tudo que de discussão deontológica e metodológica isso implica.

Colocada em primeiro plano, a relação entre jornalista e escritor (redator), chega-se ao mesmo argumento da Veja sobre a relação entre obrigatoriedade do diploma e uma suposta restrição à liberdade de expressão. Curiosamente, no entanto, os sentidos mobilizados do jornalista-redator, materializados na analogia com o *chef*, não parece estender a função de autoria a todo e qualquer jornalista. Somente aqueles mais capazes, “refinados” precisariam de uma formação mais plena. No quartel da redação, nem todo soldado pode ser autor, assumir “seus pontos de vista”, numa visão comum, ou “ter sua palavra legitimada institucionalmente”. À maioria dos jornalistas, basta escrever matérias, o que não demanda uma formação específica.

Outra observação é em relação ao adjetivo “irrefutável” que aparece também em outro enunciado: “ao limitar o exercício da atividade jornalística a quem tem diploma, a lei impede que milhares de outros brasileiros possam expressar suas opiniões e pensamentos por meio da palavra impressa. Novamente, irrefutável”. Ora, revela-se aí um jogo de ocultações interessantes, que se dá no plano do intradiscurso, no plano textual. Associa-se a liberdade “de milhares de pessoas opinarem” ao fim do diploma, como se este impedisse, portanto, que “milhares de pessoas acessem à redação”. Mas o acesso às redações não é disciplinado por diplomas, mas por simples impedimento institucional – as empresas não podem e evidentemente não querem estas milhares de pessoas em suas redações.

Num segundo momento, a associação entre “liberdade de expressão” e “liberdade de opinião” vai na direção de uma sinonímia constituída estrategicamente no texto, mas que faz parte da formação discursiva da condenação do diploma: a da “prática jornalística” como paráfrase de “liberdade de opinião”, ou, num segundo momento, “liberdade de opinião” como paráfrase de “liberdade de expressão”. Curiosamente, são marcas de um jornalismo de opinião que retornam sobre a hegemonia alcançada pelo jornalismo de informação a partir do século XX. Com estas duas sinonímias, reproduzidas no enunciado presente no editorial da Época, temos, na esfera do dizer, uma

remissão a uma memória que persiste, apesar do relevo alcançado pelas práticas discursivas do jornalismo informativo, onde a expressão é disciplinada por regras redacionais, e a opinião é reservada a poucos que conta com proximidade ou compõe o *staff* da empresa jornalística.

A Época parece se apropriar de outras FD, para reafirmar o mesmo da Veja. Conta com isso, com os sentidos naturalizados de que os veículos de comunicação são permeáveis à opinião do cidadão comum, e que a prática do jornalismo é uma prática de autoria. Numa estratégia textual típica do gênero editorial, reafirma suas posições com o auxílio de imperativos, que remetem à relação do autor com pré-construídos. O “irrefutável” sugere que as argumentações de Gilmar Mendes são *tecmerion* aristotélicos (Aristóteles, 2005), o signo inquebrantável, palavra institucional que ancora a verdade do dizer.

A proximidade e a positividade com relação à decisão do STF ficam claras no final do texto: “qualquer cidadão que valorize a liberdade deve sentir *gratidão* ao Supremo pela decisão. Como jornalista formado, gostaria de deixá-la registrada. *Muito obrigado*, ministros do Supremo, pela decisão histórica. *Valeu!*”. Há, neste ponto, uma questão de autoridade, ou de autor, pois o lugar de onde fala implica uma assimilação diferente nos sentidos produzidos.

Neste caso, além do editorialista ser o diretor de redação, ele relembra que é um jornalista diplomado. Desta forma, tenta se apresentar como alguém que tem legitimidade para discutir a obrigatoriedade ou não do diploma para exercício da profissão. Sugere que pensa antes na sociedade do que em si mesmo. Ao longo do texto, a voz do jornalista aparece muito no texto, apresenta um estilo mais pessoal, com marcas linguísticas de informalidade, como o “valeu”, mas que na verdade aponta para um diálogo estreito entre a instituição jornalística detentora do sentido da verdade, e a instituição do STF, detentora do sentido da Justiça e da Liberdade.

Considerações finais

Com base nas análises apresentadas podemos apontar algumas semelhanças e diferenças nos discursos presentes nos textos das duas revistas, pontos em que se atravessam e outros em que caminham paralelamente. Primeiramente, percebemos a presença amiúde de palavras fortes nos textos. A Veja usa termos como “varreu”, “excrecência” e “impingida”; a Época utiliza termos como “eliminar” e “irrefutável”. O uso de tais palavras mostra que estamos diante de “discursos polêmicos”, na tipologia própria da AD, que classifica os graus de reversibilidade em discursos autoritários, polêmicos e lúdicos. Por reversibilidade, entendemos a possibilidade de o interlocutor, em posição de leitor, intervir no sentido e se posicionar. Uma notícia tem um baixo grau de reversibilidade, porque, hipoteticamente, não admite contestação. Um editorial é um texto de opinião, e “pode ser” contestado, e como são posições institucionais, que reafirmam a legitimidade da empresa diante da sociedade e de outras instituições, deve ser assegurado com o recurso às palavras imperativas, aos termos “fortes” e às “verdades indubitáveis”.

Um discurso comum que atravessa os dois textos é aquele que considera que as faculdades de jornalismo não possuem a qualidade desejada. Um outro discurso presente nos dois textos é a reafirmação, pela *Veja* e pela *Época*, do mercado como lugar de regularização, em detrimento do Estado, e de capacitação, pela sua própria lógica. Estabiliza-se, por meio destas duas FDs, presentes nas duas revistas, a ideologia do mercado, revelando que as posições sujeito correspondentes a estas duas FDs são ocupadas por jornalistas que a tomam como evidente e, portanto, não ideológicas.

Ainda em relação às semelhanças, podemos perceber que apesar do discurso que critica a falta de qualidade no jornalismo brasileiro atravessar de alguma forma os dois textos, em nenhum momento as revistas relacionam esse discurso às condições da profissão atualmente, como baixos salários e rotina estressante. O silenciamento de uma questão é um indício de que há não-ditos funcionando no texto.

Com mais semelhanças que diferenças, como na remissão às práticas ditatoriais que teriam levado à obrigatoriedade, há também algumas distinções, ainda que pequenas: a *Época* materializa mais a identificação do jornalista(como)-redator que a *Veja*. Com isso, evoca, para além do jornalismo de informação, a memória de um jornalismo de opinião, que dissemos no início atravessa em muitos momentos a proeminência contemporânea do jornalismo informativo. A assinatura do editorial, e o modo informal como terminou o editorial, mostra que a *Época* quis acentuar no texto, algo que dificilmente se daria no restante de suas páginas: a liberdade de opinião de um jornalista. Mas que pode ser um sintoma de que o jornalismo de caráter informativo, que viveu seu auge no Brasil, quando da profissionalização, pode estar passando por uma relativização importante. Estaríamos diante de uma outra questão que, no entanto, mereceria mais atenção de um trabalho posterior.

Referências

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- BUCCI, Eugenio. Introdução. In: GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A Saga dos cães perdidos*. 2º edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2005

-
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2007
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1977.
- RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'água/ Brasiliense, 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VICCHIATTI, Carlos Alberto. *Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social*. São Paulo: Paulus, 2005.